

## A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO PARA EDUCADORES SOCIAIS QUE ATUAM EM INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO

Manoelly Caroliny Wacelechen<sup>1</sup>

Érico Ribas Machado<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo geral identificar quais as concepções de educação para os educadores sociais que atuam em instituições de acolhimento. A pesquisa foi realizada em duas instituições de acolhimento da cidade de Ponta Grossa, através da aplicação de questionários e com um referencial teórico e documental. O artigo traz uma discussão sobre a Pedagogia Social, seu histórico, fundamentos e os âmbitos em que podem vir a atuar. Ainda, por meio dos questionários foi possível obter a visão dos educadores e como/se enxergam a educação dentro da sua atuação, trazendo uma reflexão acerca das concepções que estes profissionais carregam na sua profissão, marcados pelo desgaste e descontinuidade do trabalho, acabando por resumir suas atuações a rotina, cuidados e proteção dos acolhidos, sendo a educação vista em segundo plano.

**Palavras-chave:** Educadores Sociais; Concepções de Educação; Instituições de Acolhimento; Pedagogia Social; Assistência Social.

### Introdução

Quando nos preocupamos com a educação recebida por crianças e adolescentes, logo pensamos na educação que os mesmos recebem dentro do contexto escolar e familiar, mas, devemos igualmente nos preocupar com a educação que lhes é oferecida dentro de espaços não escolares e fora do seio familiar, para aqueles que dele foram retirados.

Em instituições de acolhimento, onde o afeto para aqueles acolhidos, muitas vezes é faltante da parte familiar, a criança ou adolescente o encontrará nos profissionais que com ele convivem. Pestalozzi descreve o afeto como papel fundamental para o trabalho com os acolhidos, idealizando sua escola como uma extensão do lar, pensando no ambiente familiar (Azambuja, Cecílio e Ribas Machado, 2016).

O artigo explora então, como se dão as concepções de educação para os Educadores Sociais em instituições de acolhimento, um passo fundamental para que entendamos as intencionalidades que permeiam as práticas educativas proporcionadas aos acolhidos. Sendo então, nosso ponto de partida para esta pesquisa, ou seja, nossa problemática: “Quais as concepções sobre educação por parte dos Educadores Sociais que atuam em instituições de acolhimento na cidade de Ponta Grossa?”.

A educação, para estes profissionais, deve estar intrínseca em suas práticas, partindo desta proposta, este artigo busca analisar que concepções são estas e apontar, teoricamente, caminhos para que haja esta reflexão e transformação. Tendo como seu objetivo geral: Identificar quais as concepções sobre educação por parte dos Educadores Sociais que atuam em instituições de acolhimento na cidade de Ponta Grossa e, como objetivos específicos: 1) Compreender a instituição de acolhimento como âmbito da Pedagogia Social; 2) Refletir sobre o papel da instituição de acolhimento e dos educadores sociais na garantia dos direitos das crianças e adolescentes; 3) Identificar quais concepções os Educadores Sociais que atuam em uma instituição de acolhimento possuem sobre a educação.

O presente artigo se enquadra como sendo uma pesquisa qualitativa e exploratória, que “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com [...] o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições” (Gil, 2002, p. 41). E teve ainda, como procedimento metodológico utilizado para fundamentação teórica foi a pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil (2002) é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos de autores como como Ribas Machado, Azambuja, Cecílio, Caliman, entre outros, com base em suas teses, dissertações e artigos. A pesquisa também contará com a aplicação de questionários com quatro educadores sociais que atuam em instituições de acolhimento da cidade de Ponta Grossa.

Ainda segundo Gil (2002, p. 133), a pesquisa qualitativa pode ser enquadrada “como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório”. Estes dados serão obtidos por meio de um questionário respondido pelos educadores sociais, enviado com antecedência, por meio do Formulários *Google*. Quanto a este método de obtenção de dados, pode-se verificar que o questionário constitui o meio mais rápido e barato de obtenção de informações, além de não exigir treinamento de pessoal e garantir o anonimato (Gil, 2002).

Este questionário possui perguntas abertas e fechadas, para que a acadêmica entenda o contexto atual daquele educador social e o que ele entende por educação e quais as práticas (planejadas ou não) que este profissional desempenha com os educandos acolhidos.

Dividida em três principais seções, a pesquisa terá início redigindo sobre a Pedagogia Social, sua origem e seus fundamentos, quais os âmbitos e espaços em que pode intervir, mais especificamente as instituições de acolhimento, objetivo principal do artigo.

Na segunda seção do trabalho iremos tratar sobre o papel da instituição de acolhimento e dos educadores sociais na garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, com respaldo no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e as Políticas de Assistência Social, como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Será explorado ainda qual é o papel do educador social dentro destas políticas.

Por fim, a última seção irá contemplar as pesquisas realizadas por meio de questionário com Educadores Sociais da cidade de Ponta Grossa, iniciando com a descrição das instituições de acolhimento onde as pesquisas foram realizadas e então, indicar os dados obtidos nos questionários aplicados e analisá-los, buscando compreender quais são as concepções de educação que estes profissionais possuem.

## **1. A INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO COMO ÂMBITO DA PEDAGOGIA SOCIAL**

O presente artigo inicia com a discussão da Pedagogia Social, seu histórico, precursores do termo, conceitos e fundamentos, internacionalmente e nacionalmente, trazendo estudos sobre a Pedagogia Social no Brasil e quais os âmbitos e espaços de intervenção dela.

Estudar a ciência da Pedagogia Social é um trabalho dinâmico e versátil, necessitando então da reflexão entre a teoria e a prática, para que estes estudos sejam construídos continuamente e forneça ferramentas teóricas para a práxis da Educação Social.

### **1.1 ORIGENS E FUNDAMENTOS DA PEDAGOGIA SOCIAL**

A Pedagogia Social nem sempre teve espaço ou foi entendida como um campo de estudo e atuação, e ainda encontra-se buscando seu lugar aqui no Brasil, pois em demais países, já é um termo consolidado. O termo e a prática da Pedagogia Social estiveram sempre muito atrelados a problemas sociais, desde sua origem, na Alemanha (Ribas Machado, 2014). Mas vale ressaltar que a educação fora de espaços escolares

possui relevância significativa e influente, tanto quanto nas escolas (Caliman, 2010, p. 345).

Foi na Alemanha que a Pedagogia Social foi inicialmente citada, por K. F. Magwer em 1844, na "Padagogische Revue", mas só após meados do século XIX que o termo foi sistematizado como uma ciência e uma disciplina (Caliman, 2006). Em seu país de origem, ela sofreu algumas reformulações desde que foi criada, e desde então, vem sendo reconhecida em diversos outros países, primeiramente os europeus, depois os latino-americanos (Ribas Machado, 2014, p. 36).

A Pedagogia Social é entendida como um ramo da Ciência da Educação e é caracterizada como uma disciplina pedagógica, que possui um enfoque teórico-prático para problemáticas com teor socioeducacional, segundo Ribas Machado, Rodrigues e Severo (2014), e que se ocupa com a educação social humana de indivíduos historicamente situados, que não tem suas necessidades fundamentais atendidas (Caliman, 2010).

A Pedagogia Social, significa, respectivamente em seus dois termos, "Pedagogia", que se refere ao conhecimento, ação, técnica e tecnologia da Educação Social, e "Social", que se refere ao "sujeito em relação" em grupos e comunidades, em situações normais ou de conflito e desvalimento (Serrano, Fernández-García e Llamas, 2014).

Estes significados permitem que a mesma terminologia abranja, um uma ciência apenas, a integração do que é normalizado, epistemológico, instrumental, como também, situações que permeiam a inadaptação, a exclusão e conflitos sociais, permitindo que a Pedagogia Social tenha um campo de ação e intervenção.

Para Caliman (2006), a Pedagogia Social se orienta pela educação humana, voltada para aqueles que estão em situações sociais desfavoráveis, que podem se manifestar por meio da pobreza, marginalidade, consumo de drogas, abandono ou indiferença social. No Brasil, como cita Ribas Machado (2014, p. 131), "a primeira vez que a terminologia Pedagogia Social aparece no contexto educativo brasileiro foi entre as décadas de 1920 e 1940, relacionada à terminologia Educação Popular", quando onde parte da população não possuía acesso às escolas, bem como, não sabia ler ou escrever (Ribas Machado, 2010).

Segundo Paiva (2015, apud Sant'Anna e Flandoli, 2021), a Pedagogia Social se molda de acordo com a cultura do país em que ela está inserida, proporcionando para cada nacionalidade uma forma de intervenção diferente. Podemos ver isto na prática,

pois segundo Ribas Machado (2014, p. 17), “[...] não há como a Pedagogia Social existir na realidade educacional brasileira, sem considerar a trajetória desenvolvida pela Educação Popular”, que reforça a questão da realidade brasileira ligada à Educação Popular.

Mas o que é, afinal, a Educação Popular, tão relacionada à Pedagogia Social no Brasil? Esta é uma perspectiva consistente de educação, que nasceu na prática social devido aos esforços quanto a educação escolar serem voltados apenas para a elite, evidenciando a necessidade de se haver um cuidado com a educação escolar das massas, como aponta Ribas Machado (2012, p. 58), “a terminologia Educação Popular aparece, não com o enfoque atual, mas sim, referente a uma educação escolar das massas.” Já atualmente, este conceito ganha outra definição, sendo então, para Saviani

Esta Educação Popular emergente dos anos sessenta assume em seu entendimento a preocupação com a participação política das massas a partir da tomada de consciência da realidade. Dessa forma, a educação passa a ser vista como um meio de conscientização “do povo, pelo povo e para o povo” criticando uma educação tradicional [...] (Saviani, 2008, p. 317, apud Ribas Machado, 2012).

Caliman (2010) aponta que no Brasil, por volta dos anos 60, passou-se a ter um outro olhar para o atendimento de crianças e adolescentes, alterando profundamente a metodologia utilizada nestes atendimentos. Caliman aponta considerações sobre as intervenções socioeducativas realizadas pela Pedagogia Social.

A pedagogia social se realiza especialmente dentro de intervenções educativas intencionais e não formais, e é organizada fora das normais agências educativas como aquela escolar e familiar, embora não exclua essas duas instituições de sua metodologia. Se diferencia da educação formal que se desenvolve diretamente na família e na escola, e daquela informal, caracterizada pela falta de intencionalidade educativa e que se desenvolve por meio da convivência familiar, do grupo de pares e dos meios de comunicação (Caliman, 2006, p. 46).

A Pedagogia Social, com este termo, está presente no Brasil desde meados da década de 90, mas foi somente no início dos anos 2000 que ela se consagrou como campo de pesquisa, com a realização do Congresso Internacional de Pedagogia Social, tornando o evento um forte referencial para o itinerário de resgate da riqueza de experiências socioeducativas emanadas da prática, sistematizando teoricamente, o que acaba por alimentar o “que fazer” e o “como fazer” dos educadores sociais (Caliman, 2010).

## **1.2 ÂMBITOS DE INTERVENÇÃO DA PEDAGOGIA SOCIAL**

O pedagogo Herman Nohl (1879 - 1960), considerado o pai da Pedagogia Social na Alemanha, e fundador da *Universidad Popular*, em Jena, discutia sobre os problemas que afetavam os jovens e orientava que se prestasse uma atenção social, “por meio de um trabalho interdisciplinar com enfoques educativos” (Ribas Machado, 2010 p. 76).

O cenário pós-guerra (fome, desemprego, estruturas familiares conflitantes) foi crucial para o desenvolvimento da Pedagogia Social, pois foi neste cenário que foram observadas as necessidades da população, levando a uma reorganização política e educativa, possibilitando a ascensão da educação social e de instituições de atendimento à infância e à juventude (Ribas Machado, 2010).

Ainda em relação ao atendimento à infância, Marcílio (*apud* Guedes e Scarcelli, 2014), aponta que três modelos desta assistência, que demonstram um breve histórico de como as crianças eram atendidas, vistas e assistidas, no mundo todo. Estes três modelos são: 1) assistência caritativa (Séc. XIII, Europa) onde a Igreja institucionalizava crianças abandonadas; 2) modelo filantrópico, surgido com a industrialização, onde o Estado utilizava instituições de caridade para intervenção na família e ascensão da moralidade econômica; e 3) modelo de bem-estar social, que reconheceu os direitos da infância e se tornou uma questão pública em 1920, com enfoque legal e jurídico, inicialmente sem perspectiva pedagógica.

Silva (1997), em sua obra “Filhos do Governo” aponta como ocorreu a evolução do pensamento assistencial brasileiro para com as crianças não assistidas neste cenário. As fases apontadas pelo autor são: 1) Filantrópica (1500-1874), concentradas nas santas casas de misericórdia e nas rodas dos expostos; 2) Filantrópico-Higienista (1874-1922), que buscava ordenar espaços coletivos (escolas, internatos, prisões) e controlar doenças; 3) Assistencial (1924-1964), marcada pela aprovação do Código de Menores (1924) e a atribuição de responsabilidade ao Estado; 4) Institucional Pós-64 (1964-1990), marcada pela criação da Funabem(Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor/Febem e a promulgação do Código de Menores de 1979; 5) Desinstitucionalização (1990-?) marcada pela Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), garantindo direitos e colocando a criança sob a tutela dos Conselhos Tutelares e Juízos de Infância e Juventude.

## **2. O PAPEL DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO E DOS EDUCADORES SOCIAIS NA GARANTIA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Este tópico busca articular sobre o que trazem as legislações e as Políticas de Assistência Social no que diz respeito à institucionalização de crianças e adolescentes em acolhimento, quais os direitos que os acolhidos possuem quanto estão inseridos neste serviço e onde estas leis e políticas atuam para garantir que estes direitos sejam de fato assegurados.

Ainda, em consonância com as Políticas Nacionais de Assistência Social (PNAS), como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), dissertaremos sobre o trabalho do educador social dentro destas políticas na garantia dos direitos dos acolhidos, afinal, ele é uma das maiores referências para os educandos dentro do acolhimento institucional (Avoglia, Silva e Mattos, 2012).

### **a. A LEGISLAÇÃO SOBRE INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO, O QUE DIZ O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ECA DE 1990?**

A Constituição de 1988 e o ECA (1990) são marcos na luta pelo reconhecimento do direito da infância e adolescência do Brasil, colocando as crianças e adolescentes no lugar de sujeito de direitos (Guedes e Scarcelli, 2014). O ECA estabelece que a política de atendimento será realizada por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais. O Art. 88, inciso VI (Lei nº 12.010, de 2009) estabelece uma diretriz para o atendimento de crianças inseridas em programas de acolhimento familiar ou institucional, exigindo a integração operacional de órgãos como o Judiciário, Ministério Público, Defensoria e Conselho Tutelar, visando a rápida reintegração à família de origem e, se inviável, a colocação em família substituta (Brasil, 2009, p. 37).

O Art. 87 prevê ações voltadas à convivência familiar, como Políticas e programas destinados a prevenir o afastamento do convívio familiar e campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda e à adoção (Brasil, 2009). Estas ações visam a proteção integral e serviços especializados (Rombola Machado, 2011).

O ECA estabeleceu parâmetros para o funcionamento de instituições que acolhem crianças e adolescentes, que por vezes, ainda possuem estruturas das entidades filantrópicas que atendiam este público (Oliveira, 2007).

Ainda sobre o Art. 92, o Estatuto determina princípios que as entidades que oferecem programas de acolhimento familiar ou institucional devem adotar, são eles:

I - preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;  
II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa; III - atendimento personalizado e em pequenos grupos; IV - desenvolvimento de atividades em regime de co-educação; V - não desmembramento de grupos de irmãos; VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; VII - participação na vida da comunidade local; VIII - preparação gradativa para o desligamento; IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo (Brasil, 1990, p. 38).

No ECA pode-se observar que o documento busca romper com a lógica de atendimento que se tinha anteriormente, buscando agora oferecer condições adequadas para a formação e crescimento das crianças e adolescentes, bem como, não retirar de primeira mão eles de suas famílias, mas sim, promover a manutenção do seio familiar e oferecer melhores condições e meios de proteção integral destas crianças e adolescentes. (Rombola Machado, 2011).

### **b. A LEGISLAÇÃO SOBRE INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO, O QUE DIZEM AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL?**

Para iniciarmos esta discussão acerca das legislações que amparam o acolhimento institucional dentro da assistência social, vale destacar a homologação da LOAS, Lei nº 8.742 de 1993, que tem como objetivo, por meio da assistência social, prover os mínimos sociais, garantindo as necessidades básicas por meio de um conjunto de ações de iniciativa pública e da sociedade (Brasil, 1993).

Após a homologação da LOAS, a relevância da discussão sobre pobreza e as desigualdades sociais levou à expansão de recursos, benefícios e serviços assistenciais, sendo então um marco para a criação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), sistema que organizada a execução de ações nestes setores (Gomes e Elias, 2016).

Em consonância com a LOAS, a Política Nacional de Assistência Social é regida por princípios democráticos que visam a equidade e o atendimento às necessidades sociais, tornando os direitos sociais universalizados, respeitando o cidadão e sua dignidade, sua autonomia e seus direitos (Brasil, 2004).

Os objetivos do PNAS giram em torno destes princípios, buscando então, conceder serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica para aqueles que deles necessitarem, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais e garantir que as ações da assistência social se centrem na família, garantindo a convivência familiar e comunitária (Brasil, 2004).

De acordo com Gomes e Elias (2016), os serviços de assistência social foram organizados em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. O acolhimento institucional está presente dentro dos programas e serviços da proteção social especial, sendo um serviço de alta complexidade (Brasil, 2009). A ênfase neste serviço de acolhimento visa priorizar a reestruturação daqueles que não contam mais com a proteção e cuidado de suas famílias.

Os serviços de proteção social especial de alta complexidade visam garantir proteção integral ao sujeito que dele irá gozar, como, moradia, alimentação, higiene e trabalho protegido para a família e indivíduos que se encontram sem referência ou em situação de ameaça, precisando assim se afastar do seu núcleo familiar e comunitário (Brasil, 2004).

### **c. O TRABALHO DE EDUCADORES SOCIAIS NAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

Assistência Social possui a prerrogativa de prestar serviços socioassistenciais àqueles que deles necessitam, colocando o Estado e as políticas públicas a seu favor (Petry, 2017). O espaço de atuação socioassistencial é permeado por relações humanas, econômicas e culturais, onde o SUAS busca o desenvolvimento social e o acesso aos direitos, por meio de políticas públicas e governamentais.

O ECA (Brasil, 1990) determina que é dever da família, da comunidade, da sociedade e do Estado garantir o direito à vida, saúde, alimentação, educação, dignidade, convivência familiar e comunitária, entre outros direitos que são assegurados às crianças e adolescentes de acordo com o Estatuto. Mas se a família não for capaz de garantir esses direitos, é aplicada a esta criança ou adolescente medidas de proteção, como o acesso deles a serviços de auxílio, apoio e promoção da família, ou, em último caso, o acolhimento institucional (Brasil, 1990).

Esta medida protetiva de acolhimento institucional é normatizada pelos seguintes documentos, segundo Ferreira e Moreira (2017, p. 260), “o Estatuto da

Criança e do Adolescente (ECA) (Lei n.º 8.069, 1990), o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária (Brasil, 2006) e a Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009”.

Quando a criança ou adolescente é acolhido em uma instituição, sua maior referência como adulto será o Educador Social, profissional que será o responsável pela saúde, alimentação, higiene, apoio escolar, acompanhamento em programas externos como atividades culturais e esportivas, além de proporcionar momentos que favoreçam esta interação e relação entre educador-acolhido (Avoglia, Silva, Mattos, 2012).

Em sua pesquisa, Petry (2017, p. 39), por meio de uma entrevista semiestruturada observou que para os educadores sociais a educação “é compreendida como um processo de mudança, de autonomia, de transformação do indivíduo e da sociedade”. Entretanto, o trabalho do Educador Social, orientado pela PNAS, levou estes profissionais a desenvolverem uma práxis composta por planejamentos, projetos e registros, herdados de práticas pedagógicas de um ambiente escolar. Apesar de necessárias, é importante que os Educadores Sociais mantenham suas concepções críticas e transformadoras sobre a educação não as restringindo a práticas pedagógicas tradicionais (Petry, 2017).

### **3. CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO PARA O EDUCADORES SOCIAIS QUE ATUAM EM INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO**

Nos tópicos a seguir iremos descrever de forma detalhada os campos de pesquisa do presente artigo, a fim de ilustrar qualquer influência entre as concepções que os educadores sociais possuem sobre educação e o local onde os mesmos trabalham.

Ainda, será apresentado como a atual pesquisa foi realizada, seu procedimento metodológico e quais as contribuições que os educadores sociais trouxeram para a discussão, fundamentada com autores que já realizaram pesquisas com o mesmo público ou estudam sobre a educação dentro das instituições de acolhimento, como Avoglia, Silva e Mattos, Bazon e Biasoli-Alves, Ujiie, Natali e Ribas Machado.

#### **a. A INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO COMO CAMPO DE PESQUISA.**

O presente artigo possui dois campos de pesquisa, onde os questionários foram aplicados. Aqui, será descrito como estes campos são organizados, prezando pelo sigilo

dos nomes das instituições, iremos utilizar as letras I.A. (instituição de acolhimento) e os numerais 1 e 2 para identificação das instituições durante o trabalho.

Para que os seguintes dados fossem coletados, foi questionado as coordenadoras das instituições. Ambas foram solícitas e abertas a responder tudo que lhes foi questionado, através do *e-mail*, onde as respostas estarão presentes abaixo. Estes dados coletados são exclusivos para mostrar o contexto das instituições de acolhimento fora do olhar dos educadores sociais e identificar quais são as instituições que serviram como campo de pesquisa do presente artigo, não sendo o procedimento de coleta de dados.

A I.A.1 possui uma ampla infraestrutura, que comporta uma recepção, sala de coordenação, farmácia, sala de assistência social, sala de atendimento psicológico, lactário, fraldário lavanderia, berçário com banheiro exclusivo, 5 quartos (todos os quartos possuem banheiros privativos), sala do educador social, sala de visitas, sala com televisão, banheiro social para funcionários, saguão com jogos e brincadeiras no interior do espaço que conta com teto retrátil, podendo se transformar em um espaço a céu aberto, área verde no interior da residência, refeitório, parquinho na área externa e área verde. Localizada em área residencial e de classe média, possui escolas, CMEIs, supermercados e postos de saúde nas proximidades.

A I.A.1 possui capacidade para atender um total de 20 acolhidos, possuindo 9 acolhidos atualmente. Para os cuidados necessários com estes educandos a instituição possui 16 profissionais, sendo eles, 1 coordenadora, 1 assistente social, 1 educadora social, 1 psicóloga, 9 cuidadoras sociais, 2 funcionárias de serviços gerais e 1 cozinheira. As cuidadoras da instituição fazem plantão e trabalham em uma escala de 12h/36h, sendo responsáveis pelos cuidados com alimentação, higiene e saúde das crianças.

Em relação a I.A.2, a sua capacidade máxima é de acolher vinte adolescentes, tendo atualmente oito acolhidos. Sua estrutura para comportar este público é de uma casa de dois pavimentos, sendo dividido entre estes dois os seguintes cômodos: 6 quartos, 4 banheiros, cozinha, dispensa, refeitório, garagem, 2 salas de televisão, sala de coordenação, almoxarifado, lavanderia e recepção. Possuindo um trabalho integral, são realizados três plantões na instituição, sendo um das 7h às 16h; 14h às 23h e das 22h às 07h.

A I.A.2 possui um quadro com 23 funcionários, sendo eles: 1 coordenadora, 1 assistente social, 1 psicóloga, 2 zeladoras, 2 cozinheiros e 16 educadores sociais, sendo eles 7 homens e 9 mulheres. Localizada em um bairro cuja comunidade pertence à classe média e o público atendido na instituição são adolescentes usuários de substâncias ilícitas, dependentes químicos e crianças com deficiência intelectual ou transtornos mentais.

### **b. O TRABALHO DESENVOLVIDO PELOS EDUCADORES SOCIAIS NA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO E SUAS CONCEPÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO.**

Este artigo possui uma linha de pesquisa qualitativa e os dados apresentados neste tópico foram coletados por meio de questionários, aplicados com os educadores sociais que atuam em instituições de acolhimento na cidade de Ponta Grossa.

Inicialmente foi entrado em contato com três instituições de acolhimento, onde uma se recusou a participar. O contato com estas instituições foi feito via telefone, *e-mail* e *WhatsApp*, onde o questionário foi enviado e dado o prazo de uma semana para as possíveis respostas. Na I.A.1, há apenas 1 educadora social, esta respondeu nosso questionário dentro do prazo, já na I.A.2, onde há 16 educadores sociais, apenas 3 deram retorno ao questionário enviado, dificultando nossa análise e um possível critério de refinamento das respostas, fazendo necessário, que todas as respostas fossem analisadas.

Para a aplicação e utilização do questionário foi aplicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, todos os participantes assinaram e concordaram com a utilização de suas respostas. Mantendo o anonimato dos mesmos, os educadores sociais serão identificados com as letras E.S. e o numeral em seguida (exemplo: E.S. 1, E.S. 2...).

O questionário respondido por estes educadores sociais foi enviado de forma *online*, via Formulários *Google*. Sendo assim, a E.S.1 atua em uma instituição, e os E.S.2, E.S.3 e E.S.4 atuam em outra instituição.

**Quadro 1** Tabulação das questões fechadas do questionário.

E.S.	Faixa Salarial	Escolaridade	Tempo de atuação na I.A.	Formação na área

1	de 1 a 2 salários mínimos	Ensino superior e pós-graduação	5 meses	Não
2	de 1 a 2 salários mínimos	Ensino superior	10 anos	Sim
3	de 1 a 2 salários mínimos	Ensino médio completo	1 ano	Sim
4	de 1 a 2 salários mínimos	Ensino superior	1 ano	Não

Os quatro participantes da pesquisa apontam receber de um a dois salários mínimos, independente do tempo de atuação dentro da instituição. Destes profissionais que possuem ensino superior, apenas a E.S.1 possui formação na área da educação, sendo graduada em Licenciatura em Ciências Biológicas e Pós-graduada em Educação Ambiental e Sustentabilidade.

Já em relação a formação destes profissionais no cargo de educador social, apenas dois dos quatro educadores possuem alguma formação continuada na área, sendo eles os E.S.2 e E.S.3. E dentre as perguntas sobre a ocupação, o E.S.4 aponta que anteriormente ele veio a ocupar o cargo de assistente administrativo na I.A.2.

Agora, partiremos para as questões abertas que falam sobre a atuação profissional dentro da instituição, as perguntas foram divididas em: a) Quais as atribuições da sua função?; b) Qual o seu preparo para este trabalho? e c) Quais os desafios que você enfrenta no seu trabalho? Segue abaixo as respostas de cada educador.

E.S.1, questão a): Acompanhar e auxiliar nas atividades escolares, apresentações, reuniões e outras demandas relacionadas à escola. Organização do material escolar, realização de atividades extras que geram nas crianças algum aprendizado significativo, como aprender brincando etc.

A E.S.1 aponta que seu trabalho na instituição é acompanhar os alunos no que diz respeito às demandas escolares, o que só é possível pois a instituição que atua (I.A.1) possui 9 cuidadoras sociais que são responsáveis pelos cuidados relacionados à saúde, higiene e alimentação. Afinal, segundo Avoglia, Silva e Mattos

O educador social acompanha o dia a dia das crianças e adolescentes. É responsável pela saúde, alimentação, higiene, apoio escolar, pelo acompanhamento em programas externos, tais como escola, atividades

culturais e esportivas, além de propiciar brincadeiras que favoreçam a interação educador-criança (Avoglia, Silva e Mattos, 2012, p. 273).

Veremos a seguir que os educadores sociais que atuam na I.A.2 dispõem das tarefas supracitadas, possuindo outras funções além das escolares, como cuidados de saúde, higiene, alimentação e acompanhamento em atividades externas à instituição.

E.S.2, questão a): Manter vigilância constante para com os adolescentes, auxiliar nas tarefas diárias dos acolhidos, auxiliar na organização do espaço, auxiliar em tarefas escolares, acompanhar em consulta psiquiátricas, consultas em UBS e exames laboratoriais, acompanhar acolhidos com transtorno mental em todas as atividades diárias.

As atribuições dos educadores sociais da I.A.2 vão além do auxílio em tarefas escolares, os educadores cumprem o papel de acompanhar integralmente os acolhidos devido ao contexto do público da instituição. Segundo Bazon e Biasoli-Alves (2000) o educador social se encarrega, na sua prática, dos cuidados e da educação presente no cotidiano das crianças e adolescentes, a fim de desenvolver suas esferas pessoais e sociais.

E.S.3, questão a): Realização do acolhimento das crianças, auxílio na rotina, manuseamento de medicamentos diários, elaboração de relatórios diários sobre o funcionamento da instituição, amparar em viagens de retorno à família, acompanhamento em internações hospitalares, auxílio na realização de tarefas, participação em eventos externos, acionamento da Guarda Municipal quando necessário, acomodação para o pernoite, entre outras atribuições relatadas.

Os educadores sociais que atuam na I.A.2, apesar do grande número deles no quadro de funcionários, possuem muito mais atribuições dentro da instituição. O E.S.3 aponta ainda que seus compromissos vão além da instituição, eles perpassam por diversos momentos, como viagens, internações, eventos e entre outros.

Calligaris (1994, *apud* Avoglia, Silva e Mattos, 2012) reflete que, ao estar em constante cuidado de crianças que estão em situação de risco, essa pessoa pode estar investindo em sua própria salvação e nem sempre essa ação está preenchida de ações educativas. O que podemos observar no trabalho desse educador, que possui a atribuição de estar zelando pelo adolescente, mas não necessariamente com intencionalidades educativas dentro das suas ações ou práticas.

E.S.4, questão a): Desenvolvimento humano e social.

Carvalho e Carvalho (2023) apontam que o educador social só torna sua prática significativa quando consegue que os acolhidos reflitam acerca da sua vida e da sua condição humana (pessoal e social), podendo assim, desenvolver estes aspectos no educando.

A essência da resposta do educador social não está errada, mas poderia ter sido melhor elaborada, afinal, para que haja o desenvolvimento do educando deve-se haver diversas ações que façam com que o mesmo ocorra, pois os educadores sociais acompanham o dia a dia dos acolhidos e todas as ações desenvolvidas no decorrer do período que o educando permanece institucionalizado (Avoglia, Silva e Mattos, 2012).

Partindo para a segunda questão desta seção, que questionava sobre qual o preparo daquele educador para este trabalho, as respostas foram as seguintes:

E.S.1, questão b): Estudo prévio, orientações da gestão da instituição.

A E.S.1 possui graduação, sendo licenciada e pós-graduada na área da educação, mas não possui cursos ou formações voltados para a educação social, atribuindo seu preparo para o trabalho a estudos prévios, que ela fazer durante o dia enquanto os educandos não estão na instituição e ao auxílio da coordenação da I.A.1.

Afirma-se ainda, que deve existir no educador uma disponibilidade para aprender e ter um estudo, através de leituras e uma visão crítica e cotidiana dos acontecimentos que permeiam sua atuação, aprende-se com a prática, vivenciando conflitos e enfrentando-os, para que haja uma transformação efetiva (Avoglia, Silva e Mattos, 2012).

E.S.2, questão b): A experiência de muitos anos.

Esta educadora social possui uma experiência de 10 anos na instituição, tendo sempre atuado dentro deste cargo, atribuindo sua experiência como preparo para a sua prática.

Ainda, segundo Bazon e Biasoli-Alves (2000), o educador social, por conta do tempo e experiência de trabalho, acaba por refletir em sua prática profissional uma maturidade adquirida no seu processo de atuação, conhecendo a si e ao outro, distinguindo as necessidades de ambos e aprendendo a intervir para supri-las.

E.S.3, questão b): Estou frequentando um curso de graduação em Educador Social pela faculdade Uniasselvi, com objetivo de aprimorar minhas habilidades e competências, além de visar meu aprendizado contínuo e o desenvolvimento pessoal e profissional.

Dentro da grade de cursos de graduação do Centro Universitário Uniasselvi há o curso de Tecnologia em Educador Social, onde a descrição do curso sugere que haja a habilitação para atuar no âmbito do desenvolvimento humano, político, cultural, esportivo, lazer, ambiental e social. O curso é oferecido na modalidade à distância (EAD) e possui duração de 5 semestres, demonstrando um grande avanço na área e na profissão do educador social, que a pouco tempo atrás não possuía cursos de graduação, como aponta Ribas Machado (2014).

E.S.4, questão b): Básico.

Esta objetividade do E.S.4 em suas respostas nos faz refletir sobre como este educador em questão atua, afinal o educador social deve se mostrar consciente das responsabilidades sociais que possui dentro da sua profissão, afinal, o mesmo deve ser um agente transformador do *status quo* dos acolhidos, desenvolvendo esta mesma consciência em seus educandos (Ujiie, Natali e Ribas Machado, 2009).

A última pergunta ao que diz respeito à atuação dos educadores sociais nas instituições de acolhimento questiona: c) Quais os desafios que você enfrenta no seu trabalho? Aqui, as respostas foram diversas, a seguir iremos apresentar e discuti-las.

E.S.1, questão c): Diferença de faixa etária e elos familiares conflitantes.

Aqui a E.S.1 comenta sobre a diferença de faixa etária que é atendida na instituição e como a mesma apresenta desafios para a sua atuação, visto que as necessidades e interesses destes grupos são diferentes.

Quanto aos elos familiares conflitantes, também apontado pela profissional, é importante ressaltar que, quando esta criança passa para a institucionalização é porque o convívio com a família estava lhe apresentando riscos, como aponta o primeiro parágrafo do Art.101 do ECA (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência (Brasil, 2009). Mas, nem sempre isso representa que a família busca abrir mão da guarda da criança, apresentando conflitos com a instituição que passa a acolher esta criança durante o processo de reinserção familiar.

E.S.2, questão c): Falta de apoio da gestão, dificuldade de acesso aos serviços básicos de saúde com a preferência necessária aos adolescentes com transtornos mentais, falta de cursos de aperfeiçoamento específicos para educadores.

Como já mencionado, parte da formação do educador social vem da sua prática e da sua experiência, além, da sua consciência em saber que está desenvolvendo pessoas para o enfrentamento de problemas e conflitos (Bazon e Biasoli-Alves, 2000 e Ujiie,

Natali e Ribas Machado, 2009), sendo importante manter esta consciência para que o processo formativo dos acolhidos não seja integralmente prejudicado.

Outro desafio apontado pela E.S.2 foi a falta de amparo do sistema de saúde quanto ao atendimento dos educandos que possuem preferência devido aos transtornos mentais, os educadores são responsáveis pelo acompanhamento dos acolhidos em todas as suas demandas dentro e fora da instituição, sendo assim, assistem a desatenção do sistema de saúde para/com estes adolescentes.

E.S.3, questão c): A mistura de diversos públicos com perfil psicológico distintos (adolescentes com deficiência intelectual, junto com usuário de substâncias ilícitas, junto com não usuários, e adolescentes do sexo oposto) todos em um mesmo abrigo, é prejudicial na recuperação individual, o que faz gerar conflitos, desentendimentos, e até mesmo situações de risco para os envolvidos.

Para Ujiie, Natali e Ribas Machado (2009, p. 120) “Cabe, pois, ao educador social a atenção aos educandos como copartícipes do processo educativo, bem como a atenção aos diferentes contextos culturais constitutivos da ação humana”. Apesar dos conflitos desgastantes para a equipe técnica das dentro da I.A.2, cabe aos educadores o papel de intervir, mediar e solucionar estes casos.

E.S.4, questão c): Desestrutura dos adolescentes com as famílias, drogas e falta de educação.

A falta de educação a que este profissional se refere é a incivilidade, a falta de obediência de regras e normas impostas pela instituição e sociedade, ligado ao uso de substância psicoativas que possuem relação direta com a desestruturação da família dos adolescentes, que acaba por influenciar a institucionalização deste público.

#### Para o atendimento destes adolescentes

deve ser priorizada a equipe multidisciplinar, com planos terapêuticos de atendimento e intervenção que fortaleçam os vínculos e ampliem o diálogo, através de estratégias inovadoras de inclusão [...], hábitos familiares [...] contribuem para o contato precoce com SPA, aumentando a probabilidade de continuidade do consumo e riscos futuros [...] (Silva, et. al., 2014, p. 743).

A terceira e última seção de perguntas do questionário diz respeito à dimensão educativa junto aos adolescentes acolhidos, as perguntas foram divididas em: a) O que você entende por educação? b) O seu trabalho possui dimensão educativa? Se sim, quais práticas são realizadas com os adolescentes? c) Como você planeja e avalia seu trabalho?

E.S.1, questão a): É um processo, uma transformação contínua na forma de ser, pensar e agir. É através dela que se constrói hábitos, costumes, valores, ideias e que o mundo pode crescer e evoluir. Aquilo que não se pode ser roubado ou esquecido.

A educação possui diversos conceitos, concepções, formas de ser, mas segundo Sampaio, Santos e Mesquida (2002, p.2) “a educação é aquilo que alguém conquistou ao fim de um processo em que interagem a prática e a teoria, a teoria e a prática, a ciência e a técnica (*tekne*), o saber e o fazer. É um processo de vida, de construção, de experimentação”. Há então, um diálogo entre o que a E.S.1 entende por educação, com o que o autor aponta acima.

E.S.2, questão a): Práticas para que o ser humano seja suportável em comunidade.

Ortega (1999, *apud* Carvalho e Carvalho, 2023) fala sobre isso em sua obra, onde afirma que a educação social deve auxiliar os educandos a ser e conviver com os outros, em comunidade. Sendo um dos objetivos da educação social, contribuir para que o indivíduo se integre no meio social, estando em constante consonância com a educação e socialização, contrariando e enfrentando as dificuldades e conflitos sociais.

E.S.3, questão a): É o direito de aprender, ter conhecimento suficiente para viver bem e ser um bom cidadão.

Vianna (2006) aponta que a Educação representa tudo que podemos fazer para desenvolver o ser humano e, no sentido estrito, pode representar a instrução e o desenvolvimento de competências e habilidades do mesmo, ou seja, pode explicar teoricamente o que o E.S.3 busca dizer, afinal, através do seu desenvolvimento integral e instrução, o educando possui maior suporte para ser um cidadão melhor, para si e para a sociedade.

E.S.4, questão a): Meio que se pratica para bons hábitos.

A educação mencionada pelo E.S.4 parece estar vinculada ao conceito de ser educado, ter bons hábitos e boas maneiras, não ao conceito que os demais educadores se referem, como a aquisição de conhecimentos ou desenvolvimento social. A educação para bons hábitos não deixa de ser uma forma de educar, mas em se tratando da sua atuação, não se espera que o educador social faça esta restrição à sua prática, sendo ela meramente para a construção de bons hábitos nos acolhidos.

Agora, partiremos para a questão b) desta seção, que questiona os educadores sociais se os mesmos observam que há uma dimensão educativa na sua atuação e quais

as práticas educativas que são desenvolvidas com os acolhidos dentro da instituição de acolhimento, veja as respostas e discussão a seguir.

E.S.1, questão b): Sim. Leitura, escrita, música, atividades artísticas e brincadeiras lúdicas.

A E.S.1 atribui às suas atividades uma dimensão educativa, como Ujiie, Natali e Ribas Machado (2009, p. 121) aponta que a educação praticada fora do contexto escolar “se caracteriza pelo desenvolvimento de atividades artísticas, esportivas e ou profissionalizantes [...]”, basta então, o educador possuir intencionalidade em suas práticas, sempre em dialogicidade entre educando-educador, mas sem esquecer que as ações desenvolvidas devem vir promovendo uma ação educativa de qualidade.

E.S.2, questão b): Não. Auxílio na higiene pessoal e tarefas escolares.

A resposta desta educadora entra em contradição com o que é regido pelas Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, que institui que todo profissional que vir a atuar em serviços de acolhimento devem desempenhar um papel de educador, sendo selecionados, capacitados e acompanhados no cuidado direto dos acolhidos (Brasil, 2009). A E.S.2 atua a 10 anos e não enxerga em seu trabalho uma dimensão educativa, mesmo sendo uma profissional denominada *educadora social*.

E.S.3, questão b): Sim. Acompanho os ad. nas tarefas escolares, além de atuar também na área esportiva. Com os adolescentes com deficiência são realizados brincadeiras e jogos, exibição de desenhos educativos, enquanto os outros adolescentes são realizadas exibição de filmes, artesanato e prática esportiva.

O trabalho dos educadores sociais dentro das instituições de acolhimento é, através da Educação Social, sistematizar práticas educativas fora do sistema escolar, construindo conhecimentos e transformando a realidade, emancipando e conscientizando de forma crítica os fatos do cotidiano, podendo ser a Educação Social um meio pelo qual estes objetivos são alcançados através das práticas educativas desempenhadas (Ribas Machado, 2010). O E.S.3 reflete então, que por meio das suas práticas com os educandos é possível observar uma dimensão educativa.

E.S.4, questão b): Sim. Realizamos jogos, brincadeiras e apresentamos recurso áudio visual.

Seguindo as reflexões do autor supracitado, podemos fazer uma crítica quanto às práticas educativas desenvolvidas pelos educadores sociais na I.A.2, afinal, como aponta Ribas Machado (2010, p. 44),

A Educação Social, como prática educativa nos mais diversos ambientes, teoricamente, pode ser compreendida da forma como foi descrita acima. [...] por meio de projetos, programas e instituições essas práticas educativas podem contribuir em um processo de apenas manutenção da realidade, colocando cada um no “seu lugar”, por assim dizer. Seriam práticas assistencialistas, no sentido ruim do termo, seriam práticas que não possuem a perspectiva de transformação da realidade.

Ou seja, muitas vezes o que os educadores sociais observam como sendo uma prática educativa dentro da instituição, é apenas uma manutenção da realidade daquele acolhido, minimizando impactos e possíveis conflitos, mas nem sempre, emancipando e construindo conhecimentos, criticismo, consciência ou transformação.

A última questão desta seção e do questionário pergunta aos educadores como ocorre o planejamento das ações educativas desempenhadas e como eles avaliam o seu trabalho dentro da instituição.

E.S.1, questão c): Meu trabalho é uma rotina. Desenvolvo ele a partir das necessidades básicas: auxílio nas atividades escolares. As outras atividades são feitas conforme interesse e desejo das crianças, afinal estou dentro da casa deles. Um trabalho emocionalmente cansativo e de muitos desafios, mas prazeroso em saber que de alguma forma estou transformando a vida de quem precisa.

A E.S.1 aponta que não planeja o seu trabalho, desenvolvendo-o à medida que as necessidades dos acolhidos aparecem, necessidades estas ligadas às atividades escolares que ela observa no momento em que está auxiliando o educando, buscando desenvolver ações educativas relacionadas ao contexto escolar.

Demonstrar afeto e prazer pela profissão, por mais que desgastante, faz toda a diferença na atuação do educador social, que, quando em trabalho com crianças e adolescentes acolhidos, é sua maior referência de adulto. Aquele acolhido já foi afastado da sua família, muitas vezes passando por violências, físicas, verbais, sexuais, responsáveis usuários de entorpecentes, entre outros motivos, então, chegar na instituição e encontrar hostilidade e desgaste emocional de quem deveria cuidá-lo naquele espaço, só irá afetar seu desenvolvimento e confiança naqueles profissionais, como aponta Azambuja, Cecílio e Ribas Machado (2016) quando descrevem o afeto como papel fundante no trabalho com os educandos.

E.S.2, questão c): Não planejo, pois os dias no abrigo não são passíveis de organização.  
Meu trabalho é enxugar gelo.

A E.S.2 utiliza de uma expressão popular para se referir aos esforços de buscar insistir em algo ou situação que não trará os resultados esperados, nos fazendo entender que todo o trabalho desenvolvido pela educadora social não surte efeito, não sendo passível de um planejamento prévio devido à falta de organização da instituição, muito vinculada a falta de objetivos, metas e a conclusão dos mencionados.

Cabe aqui citar o que Neto (2011) afirma sobre as frustrações apontadas pela E.S.2, quando diz que há a sensação de incompletude e perda do sentido da existência, devido a extrema complexidade da relação entre educando e educador, que tem seu trabalho permeado por relações humanas, sendo natural que as histórias destes gerem resultados que refletem na relação entre ambas as partes.

E.S.3, questão c): Geralmente quando ocorre algum evento, como atividade esportiva na parte externa do abrigo, pedimos autorização para a equipe técnica, composta principalmente por psicólogos. Excelente.

O E.S.3 avalia o seu trabalho como excelente, observando resultados ou não, tendo todas as suas ações planejadas ou não, ele entende que está cumprindo o seu papel dentro da instituição. Este educador se constitui na prática, no saber fazer, no cuidado, na assistência, na necessidade de atender o outro e a si que se constrói no dia a dia, como constituinte da prática social (Ujiie, Natali e Ribas Machado).

E.S.4, questão c): A equipe técnica nos orienta da melhor forma possível. Desestruturado e não centralizado.

Bazon e Biasoli-Alves (2000) afirmam que os educadores sociais devem ser orientados, para que assim possam dar sentido às suas práticas, compreendendo e promovendo a compreensão nos educandos dos impactos do seu trabalho e os objetivos do mesmo. Mas, como falar de objetivos aqui, se o E.S.4 avalia que seu trabalho é desestruturado e descentralizado? Falha da gestão da I.A.2? Falha na compreensão do educador do conceito de educação? Falha da parte dos educandos nos momentos educativos?

A realidade da I.A.2 gera esta desestruturação na atuação dos educadores, afinal, seu trabalho não possui continuidade, é sempre interrompido com evasões, conflitos, então é compreensível que a resposta do E.S.4 possua certa contradição com as anteriores, o que dá para perceber é que o educador social em questão possui objetivos e

vontade de mudar sua realidade e a dos acolhidos, sendo um ponta pé inicial para que essa transformação ocorra.

Com base nas respostas dos questionários e nas pesquisas bibliográficas realizadas para fundamentá-las, podemos observar que a realidade das instituições de acolhimento por vezes gera desgaste emocional nos educadores a frente dos acolhidos, que chegam com uma carga emocional e psicológica muito alta e acaba por sobrecarregar os profissionais que com eles atuam.

As atividades desempenhadas pelos educadores sociais são diversas e permeiam entre auxílios em atividades escolares, cuidado com saúde, higiene entre outros, assim, há uma sobrecarga e uma falta de direcionamento em relação ao trabalho deste profissional na instituição de acolhimento, dentro de suas singularidades, demandas, realidade e contexto.

Pautados em legislações e políticas de cunho socioassistencial, a atuação do educador social é de extrema importância na garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, sendo a busca por formação um aliado na conquista destes direitos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente artigo teve como princípio identificar quais são as concepções de educação na percepção dos educadores sociais que atuam em instituições de acolhimento, buscando compreender quais as práticas desenvolvidas e suas intencionalidades por meio destas concepções.

O artigo buscou desmembrar-se de maneira que fosse possível atingir por meio de três seções os três objetivos do trabalho, que eram: 1) Compreender a instituição de acolhimento como âmbito da Pedagogia Social; 2) Refletir sobre o papel da instituição de acolhimento e dos educadores sociais na garantia dos direitos das crianças e adolescentes; 3) Identificar quais concepções os Educadores Sociais que atuam em uma instituição de acolhimento possuem sobre a educação, sendo dividido entre os seguintes seções: 1) A instituição de acolhimento como âmbito da Pedagogia Social; 2) O papel da instituição de acolhimento e dos educadores sociais na garantia dos direitos das crianças e adolescentes; e 3) Concepção de educação para o educadores sociais que atuam em instituições de acolhimento.

A primeira seção buscou compreender mais sobre a Pedagogia Social, seu histórico, sua origem e quais seus fundamentos, com base em autores que estudam a

Pedagogia Social e produzem teses, dissertações e artigos publicados sobre a temática. Ainda, buscou-se apontar sobre os âmbitos de intervenção da Pedagogia Social, quais os espaços que são ocupados pela Pedagogia Social e qual a importância da mesma nestes ambientes.

A segunda seção tinha como objetivo demonstrar quais são os direitos assegurados por lei das crianças e adolescentes que utilizam dos serviços das instituições de acolhimento, tendo como legislação base o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990 e as políticas de assistência social, como a Lei Orgânica da Assistência Social, o Sistema Único de Assistência Social e a Política Nacional de Assistência Social, que regem todo o trabalho desenvolvido nas instituições de acolhimento e preveem como deve ser estes espaços e o trabalho dos profissionais que atuam neles.

Por fim, na terceira seção foi tratado sobre as instituições de acolhimento que foram usadas como campo de pesquisa para o artigo e buscou-se apresentar os dados coletados pelos educadores sociais que participaram da pesquisa e elucidar suas respostas, além de expor elas, houve uma análise das mesmas, sempre baseada em obras de diversos autores que vinha para interpretar as respostas obtidas pelos questionários.

De acordo com os dados levantados é possível observar que a maior parte dos educadores sociais observam uma dimensão educativa dentro do seu trabalho, mas não a desempenham como forma de transformação da realidade e da consciência do acolhido, mas sim como forma de manutenção dela, evitando conflitos e maiores frustrações, de ambas as partes.

A falta de formação destes profissionais e da busca por melhorias em seu trabalho afetam diretamente a qualidade do trabalho do educador, o que este entende por educação e como pode desempenhar ações educativas dentro de seu cargo, trabalhando de forma assistencialista com os acolhidos, não os desenvolvendo da forma que eles necessitam. Conclui-se assim, que é de extrema importância que haja profissionais com formação na área para que possam atuar com este público, devido a importância do seu trabalho tanto na transformação da realidade dos educandos quanto na emancipação destes.

Esta pesquisa teve por finalidade então identificar essas concepções de educação que permeiam as instituições de acolhimento e os educadores sociais e refletir acerca



delas, observando se a formação ou falta dela, a realidade ou contexto da instituição influenciaram na construção destas concepções.

## **REFERÊNCIAS**

AVOGLIA, H. R. C., da SILVA, A. M., de MATTOS, P. M. **Educador social:** Imagem e relações com crianças em situação de acolhimento institucional. *Revista Subjetividades*, 12(1-2), 265-292, 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v12n1-2/10.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2024.

AZAMBUJA, G. G.; CECÍLIO, T. S.; RIBAS MACHADO, E. **A infância na concepção de educadores sociais que trabalham em instituições de acolhimento em Ponta Grossa.** Olhar de professor, Ponta Grossa, 19(1), p. 35-52, 2016. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/12180/209209210655>. Acesso em: 08 jul. 2024.

BAZON, M. R.; BIASOLI-ALVES, Z. M. M. **A transformação de monitores em educadores:** uma questão de desenvolvimento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, 13(1), p. 199–204, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/qndMxkkhxYxVLztyYFgNV9p/?lang=pt#>. Acesso em: 11 set. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.** Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas:** Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília, DF: Conanda, 2 ed., 2009. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf). Acesso em: 26 jul. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS Resolução n. 9, de 15 de abril de 2014. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. 209, n. 73, 16 abr. 2014. Seção 1, pt. 1. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-9-de-15-de-abril-de-2014/>. Acesso em: 24 ago. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 109**, de 11 de novembro de 2009. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf)>. Acesso em: 24 ago. 2024.

CALIMAN, G.; **Fundamentos teóricos e metodológicos da pedagogia social na Europa (Itália).** An. 1 Congresso Internacional Pedagogia Social, p. 43-51. Mar. 2006. Disponível em: [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000092006000100015&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000092006000100015&script=sci_arttext). Acesso em: 12 jun. 2024.

CALIMAN, G. **Pedagogia Social:** seu potencial crítico e transformador. *Revista de Ciências da Educação*, UNISAL, Americana/SP - Ano XII - Nº 23 - out/dez 2010. p.



341-368. Disponível em:  
<https://sites.unicentro.br/wp/cursodepedagogia/files/2011/08/caliman-pedagogia-social-transformadora.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2024.

**CARVALHO, C. & CARVALHO, H. M. O papel e a relevância da Educação Social em contexto escolar.** Revista Lusófona de Educação, Lisboa, n. 60, p. 139-153, ago. 2023. Disponível em:  
<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/9075>. Acesso em: 25 mar. 2024.

**Educador Social - Salário 2024, Piso Salarial.** Disponível em:  
<https://www.salario.com.br/profissao/educador-social-cbo-515305/>. Acesso em: 30 ago. 2024.

**FERREIRA, J. A., & MOREIRA, M. I. C. O acolhimento institucional na perspectiva dos trabalhadores dos serviços de proteção:** Múltiplos sentidos. Psicologia em Revista, 23(1), 256-273, 2017. Disponível em:  
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v23n1/v23n1a15.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2024.

**GABATZ, R. I. B., et al. Acolhimento infantil:** Um olhar para o cuidador/educador. Enfermagem Revista, 21(3), 41-58, 2018. Disponível em:  
<https://periodicos.pucminas.br/index.php/enfermagemrevista/article/view/19321/14329>. Acesso em: 28 jul. 2024.

**GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em:  
[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo\\_C1\\_como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa - antonio\\_carlos\\_gil.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa - antonio_carlos_gil.pdf). Acesso em: 02 mar. 2024.

**GOMES, D. F.; ELIAS, F. T. S. Políticas públicas de assistência social para população em situação de rua:** análise documental. Comunicação em Ciências da Saúde, 27(2), p. 151-158, 2016. Disponível em:  
<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/40368>. Acesso em: 21 ago. 2024.

**GUEDES, C. F., & SCARCELLI, I. R. Acolhimento institucional na assistência à infância:** O cotidiano em questão. Psicologia & Sociedade, 26(3), 58-67, São Paulo, 2014. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/psoc/a/6m7cMvtD5RMHZ8tLGQ6tBqs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jul. 2024.

**NETO, L. C. de S.** Atuação do educador social e abertura de caminhos. In: VICTOR, S. L.; DRAGO, R.; CHICON, J. F. (org.) **Educação especial e educação inclusiva: conhecimentos, experiências e formação.** 1 ed. Araraquara: Junqueira&Marin. p. 42-60.

**OLIVEIRA, S. C. R. Quero voltar para casa:** o trabalho em rede e a garantia do direito à convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes que vivem em abrigos. São Paulo: AASPTJ – SP, 2007. Disponível em: <https://www.neca.org.br/wp-content/uploads/Livro6.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2024.



**PETRY, E. L. S. Mediações pedagógicas no trabalho de educadoras sociais nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), em um município da região metropolitana de Porto Alegre.** 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/1596>. Acesso em: 14 jul. 2024.

**RIBAS MACHADO, E. R. As relações entre a Pedagogia Social e a Educação Popular no Brasil.** Revista Dialogos: pesquisa em extensão universitária, Brasília, v. 18, n. 1, p. 55-65, dez. 2012. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/3913>. Acesso em: 22 jun. 2024.

**RIBAS MACHADO, E. O desenvolvimento da Pedagogia Social sob a perspectiva comparada:** o estágio anual no Brasil e Espanha. 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo: s.n., 2014. Defesa: 03/09/2014. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-10112014-142130/pt-br.php>. Acesso em: 13 jun. 2024.

**RIBAS MACHADO, E. A constituição da pedagogia social na realidade educacional brasileira.** 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2010. Disponível em: [https://www.academia.edu/3088355/A\\_constitui%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_Pedagogia\\_Social\\_na\\_realidade\\_educacional\\_brasileira](https://www.academia.edu/3088355/A_constitui%C3%A7%C3%A3o_da_Pedagogia_Social_na_realidade_educacional_brasileira). Acesso em: 13 jun. 2024.

**RIBAS MACHADO, E.; RODRIGUES, M. F.; SEVERO, J. L. R. L. Pedagogia, Pedagogia Social e Educação Social no Brasil:** entrecruzamentos, tensões e possibilidades. Interfaces Científicas - Educação, Aracaju, v.3, n.1, p. 11-20, Out. 2014. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/1635>. Acesso em: 14 jun. 2024.

**ROMBOLA MACHADO, V. A atual política de acolhimento institucional à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente.** Serviço Social em Revista, Londrina, v. 13, p. 143-169, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/10431/9121>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**SAMPAIO, C. M. A., SANTOS, M. do S. dos, MESQUIDA, P. Do conceito de educação a educação no neoliberalismo.** Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 3, n.7, p. 165-178, set./dez. 2002. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/4921/4885>. Acesso em: 15 set 2024.

**SANT'ANNA, M. M. S.; FLANDOLI, B. R. G. X. Educação Social - Pedagogia Social:** Origem, conceito e contradições com a Pedagogia Escolar. Estudos em Ciências Humanas e Sociais - Volume 1, p. 30-38. Disponível em: [https://www.poisson.com.br/livros/estudos\\_humanas\\_sociais/volume1/Estudos\\_Ciencias\\_Sociais\\_Humanas\\_Volume%20\\_1.pdf#page=30](https://www.poisson.com.br/livros/estudos_humanas_sociais/volume1/Estudos_Ciencias_Sociais_Humanas_Volume%20_1.pdf#page=30). Acesso em: 12 jun. 2024.

**SERRANO, G. P.; FERNÁNDEZ-GARCÍA, A.; LLAMAS, J. L. G. Fundamentos de la Pedagogía Social y de la Educación Social.** Interfaces Científicas - Educação,



Aracaju, v.3, n.1, p. 21-32, Out. 2014. Disponível em:  
<https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/1630>. Acesso em: 15 jun. 2024.

SILVA, R. Os filhos do governo. Editora Ática. 1997.

SILVA, C. C. et. al. **Iniciação e consumo de substâncias psicoativas entre adolescentes e adultos jovens de Centro de Atenção Psicossocial Antidrogas/CAPS-AD**, Ciência & Saúde Coletiva, Feira de Santana, Bahia, 19(3), p. 737-745, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/8f6PPkJMkRbbbWfWGxgWcss/>. Acesso em: 14 set. 2024.

UJIIE, N. T.; NATALI, P. M.; RIBAS MACHADO, E. **Contextos da formação do educador social no Brasil**. Educação Unisinos, 13(2):117-124, maio/agosto 2009. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edunisinos/v13n02/v13n02a04.pdf>. Acesso em: 13 set. 2024.

VIANNA, C. E. S. **Evolução histórica do conceito de educação e os objetivos constitucionais da educação brasileira**. São Paulo: Janus, lorena, ano 3, nº 4, 2º semestre de 2006. Disponível em: [https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/8919/7/Consideracoes\\_sobre\\_o\\_conceito\\_de\\_educacao\\_e\\_a\\_formacao\\_do\\_sujeito.pdf](https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/8919/7/Consideracoes_sobre_o_conceito_de_educacao_e_a_formacao_do_sujeito.pdf). Acesso em: 15 set. 2024.